

Eleições voláteis

MARCELO DE PAIVA ABREU*

Subitamente o cenário das eleições presidenciais tomou-se extremamente volátil. Com base no resultado das pesquisas eleitorais, a reeleição de Dilma Rousseff parece seriamente ameaçada. Prognóstico confirmado pela estridência e irracionalidade das reações de alguns analistas mais engajados na defesa do governo.

A ascensão de Marina Silva certamente ressalta o lado emocional do eleitorado, mas também certa propensão a aceitar riscos. Dois episódios na história republicana vêm à mente como exemplos do impacto eleitoral de preferência pelo risco: as eleições de Jânio Quadros, em 1960, e a de Fernando Collor, em 1990.

Mas as diferenças são marcantes, especialmente no caso da eleição de 1960, disputada em um turno, embora também com três candidatos viáveis (Jânio, Lott e Adhemar). Jânio, o candidato volátil, da vassoura e da caspa, teve a vitória facilitada pela “semicristianização” de Henrique Lott por JK, de olho nas eleições de 1965. Collor, em 1990, venceu criticando marajás e carroças, mas depois suas trapalhadas acabaram desaguando no impeachment. Nos dois casos houve notória dificuldade na composição de base parlamentar viável. O efeito Marina é mais complexo e parece ter algumas raízes comuns com as manifestações de junho do ano passado, cuja interpretação continua a desafiar os melhores analistas do País.

Do ponto de vista econômico, que escolha enfrentará o eleitor? Com base no retrospecto de seu primeiro mandato, a reeleição de Dilma será garantia de mediocridade e risco de violação dos compromissos com a estabilidade monetária em meio a desempenho econômico pífio. Diversas declarações recentes da presidente beiram o patético, como a defesa à *outrance* da política de conteúdo nacional, sem preocupações quanto ao seu irrealismo. Ou a sugestão de que a busca, mencionada por Marina, de “homens bons” para compor a sua equipe de governo seria autoritária, pois expressaria a intenção de governar sem partidos. A sinalização do governo de coalizão encabeçado pelo PT é de que não há arrependimento quanto à nova matriz macroeconômica, a despeito de suas óbvias limitações. Vai continuar errando e tentando justificar maus resultados.

A vitória da oposição deverá resultar na reorientação da política econômica de volta ao tripé macroeconômico herdado de FHC. No caso de vitória de Aécio Neves, há maior clareza quanto às políticas que seriam implementadas e, especialmente, quanto à efetiva possibilidade de sua implementação com base em coalizões no Congresso que viabilizem o programa de governo.

A eleição de Marina Silva redundaria, em tese, na implementação de programa econômico semelhante ao preconizado por Aécio Neves. Mas há graves problemas quanto à capacidade de implementação das ideias dos bons assessores de Marina, cujo diagnóstico converge com o dos economistas do PSDB. Há, ainda, dúvidas quanto à capacidade de articulação política de um governo Marina Silva para assegurar a implementação de seu programa. A sua ênfase no papel de eventuais consultas plebiscitárias é alarmante, embora dependa de aprovação parlamentar.

Causa também preocupação que Marina Silva, ao comentar possível futura cooperação com o PSDB, tenha mencionado exatamente os segmentos que mais se afastaram do que poderia ser caracterizada como herança macroeconômica do governo FHC.

Seria desejável que o futuro governo lançasse mão do que há de melhor no retrospecto de governos anteriores: respeito ao tripé macroeconômico combinado à sustentação de um programa de inclusão social ambicioso. E que as políticas a serem implementadas fossem formuladas pelos melhores quadros do País e viabilizadas por políticos competentes dispostos a participar de um esforço de união nacional. A grande dúvida é se isso é politicamente viável. A alternativa é continuarmos mergulhados na mediocridade.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.